

Impacto social da assistência estudantil: o caso aplicado a UNIFESSPA

Social impact of student assistance: the case applied to UNIFESSPA

Haliny Lopes Moura Viana¹

Jéssica Silva Souza²

Resumo: O objetivo da pesquisa é evidenciar a quantidade de bolsas (projetos e auxílios) concedidas e mensurar o impacto social gerado pela realização de sua distribuição no âmbito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), com foco no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), no período de 2015 a 2018. A pesquisa apresenta-se como quantitativa, de cunho exploratório, com dados secundários fornecidos pela administração da referida instituição e pelo site do UNIFESSPA. Os resultados demonstram que as políticas públicas para o Ensino Superior no Brasil no tocante à assistência estudantil precisam ser ampliadas e efetivadas. Em 2016, foi registrado o maior aumento de ofertas de bolsas com valor monetário de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) cada, tendo um acréscimo positivo de 134,21% em relação a 2015, porém em 2017 o valor dos auxílios foi reduzido para R\$ 300,00 e disponibilizadas 22 bolsas a menos que no ano anterior. Assim, revela a necessidade de uma atenção maior das autoridades públicas para tal assunto e uma união entre instituição e sociedade local.

Palavras-chave: universidade federal; políticas públicas; assistência estudantil.

Abstract: The objective of the research is to highlight the number of grants (projects and aid) granted and measure the social impact generated by its distribution within the Federal University of South and Southeast Pará (UNIFESSPA), focusing on the Institute of Applied Social Sciences (ICSA), from 2015 to 2018. The research is presented as quantitative, of an exploratory nature, with secondary data provided by the administration of that institution and the website of the UNIFESSPA portal. The results show that public policies for Higher Education in Brazil; The results obtained, in 2016 there was the largest increase in scholarship offerings with monetary value of R\$ 400.00 (four hundred reais) each, with a positive increase of 134.21% compared to 2015, but in 2017 the amount of aid was reduced to R\$ 300.00 and made available 22 scholarships less than the previous year. Thus, it reveals the need for greater attention from public authorities to this issue and a union between the institution and local society.

Keywords: federal university; public policies; student assistance.

¹ E-mail: halinylopes@hotmail.com

² E-mail: jessica.souza@unifesspa.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil, segundo Silva e Rosa (2016), iniciou-se com o intuito de permitir a burguesia alcançar a excelência em suas habilidades, além disso, era também uma maneira de legitimar seu poder na sociedade. Sendo inicialmente, portanto, um privilégio alcançado apenas pela parcela social mais abastarda. Oportunamente, ao longo da história, as universidades têm sido de extrema importância para o desenvolvimento social e econômico do país. O IPEA (2019) faz uma comparação de que o estoque de capital físico da economia é o resultado de décadas de investimentos em máquinas e equipamentos, bem como os resultados de anos investindo na educação, aparecerá no futuro no nível educacional da população.

Atualmente, segundo dados do Censo da Educação Superior divulgados pelo INEP (2019), há 296 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e 2.152 Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Em relação às IES públicas são encontradas 124 estaduais (41,9%); 109 federais (36,8%) e 63 municipais (21,3%).

Diante da importância das universidades públicas e do aumento do ingresso nessas instituições, Assis *et al.* (2013) analisam as Políticas de Assistência Estudantil praticadas pelas IES, dentro de um conjunto de modificações e reformas mais amplas, e evidenciam a importância da discussão do tema para compreender a realidade vivenciada no campo da assistência estudantil no ensino superior.

Nesse sentido, este trabalho objetiva evidenciar a quantidade de auxílios concedidos e mensurar o impacto social gerado pela realização de sua distribuição no âmbito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), com foco no campus de Rondon do Pará, no período de 2015 a 2018.

Partindo desse pressuposto, esta análise poderá auxiliar na evidenciação da relevância de políticas públicas que sejam de fato efetivadas e que possam garantir a democratização, o acesso ao ensino superior e a permanência de jovens em condições econômica e socialmente precárias, lembrando que leis e recursos que

asseguram essa assistência estudantil fazem-se nitidamente necessárias (SPOSATI, 2009).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para delimitar o objeto de estudo optou-se por priorizar uma única IES de natureza pública federal, a UNIFESSPA, considerada uma universidade multicampi, constituída pelo campus de Marabá (sede) e outros quatro campus fora de sede, nas cidades de Xinguara, Rondon do Pará, Santana do Araguaia e São Felix do Xingu.

Sua área envolve 39 municípios da mesorregião do sudeste paraense. E o principal objetivo em sua criação foi possibilitar aos estudantes da região o acesso ao ensino público de qualidade, para que estes não precisassem se deslocar para os grandes centros, mantendo assim a função social das universidades públicas, principalmente na Amazônia, sendo o período pesquisado compreendido entre os anos de 2015 e 2018

Assim delimitada, a pesquisa caracteriza-se quanto sua natureza como quantitativa, de cunho exploratório, analisando assim a quantidade de bolsas entre auxílios como, auxílio moradia, permanência, creche, transporte, emergencial, projetos como o PIBIC e o PIBEX e monitorias, concedidos pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), em Rondon do Pará, para melhor entender a distribuição concedida pelo Instituto e o impacto social gerado no âmbito acadêmico dos discentes.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Howlett, Ramesh e Perl (2013), políticas públicas referem-se às iniciativas sancionadas pelo governo, ou seja, ações intencionais, como, por exemplo, decisões fundamentais de fazer ou não algo a respeito de um problema, decisões essas que devem ser tomadas por políticos eleitos e funcionários oficiais. Reconhece em geral, que a política pública é o “resultado de um conjunto de decisões inter-relacionadas” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Entende-se o conceito de políticas públicas como “a atividade e o campo de conhecimento teórico e metodológico voltados para a geração e a sistematização de conhecimentos aplicados ao enfrentamento de problemas públicos” (SECCHI, 2016, p. 1). O autor afirma que as políticas públicas atuam para solucionar um problema coletivo tido como de grande importância para toda a sociedade.

A universidade é prestadora de serviços à comunidade. Diante disso, tal instituição é formada por três pilares: ensino, pesquisa e extensão. A extensão universitária pode ser entendida como uma prática na qual a universidade insere-se na sociedade a qual pertence, diminuindo essa distância entre a instituição e a sociedade, integrando e oferecendo conhecimento por meio da criação de projetos que beneficiem a população e tendo como *feedback* experiências de vida acumulada por membros desses projetos após o convívio com pessoas de classes sociais distintas (MAUERBERG JUNIOR *et al.*, 2014).

O papel da universidade quanto aos programas de extensão vai além da melhoria da qualidade de vida das pessoas impactadas diretamente pelos projetos, pois também auxilia na consolidação do aprendizado e em uma formação mais sólida do profissional que estará ingressando no mercado. Martins, Vaz e Caldas (2010) enfatizam sobre a importância das experiências de desenvolvimento local geradas a partir dos projetos e consideram de extrema importância sua incidência no combate à desigualdade, já que esses projetos de extensão em sua maioria dão-se com um auxílio financeiro.

Diante do exposto, a luta pela extensão universitária teve seu início no começo do século XX, coincidindo com a criação do Ensino Superior. Entre 1950 e 1960, universitários brasileiros promoveram mobilizações culturais e políticas, demonstrando forte compromisso social, juntamente com a União Nacional dos Estudantes (UNE). Porém, as atividades de ensino, pesquisa e extensão só foram reconhecidas legalmente a partir de 1996, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394. Tal lei possibilita o apoio financeiro do poder público como, por exemplo, bolsas de estudo (AMARAL; NASCIMENTO, 2010).

Segundo Fonaprace (2011), como parte do programa de reestruturação do REUNI, o PNAES tem como objetivo auxiliar na ampliação das condições de permanência dos estudantes das instituições federais e foi adotado em agosto de 2007 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), buscando articular ações assistenciais por meio da inclusão social, a melhoria do desempenho acadêmico, a qualidade de vida, a permanência e a conclusão de curso de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica nas IFES.

Na visão de Terenciano, Pedro e Salião (2018), a assistência estudantil atua como peça-chave para a condição de permanência dos alunos nas universidades públicas. Apesar dessa assistência ser considerada uma política de governo, ela é de suma importância para garantir condições de igualdade no acesso e na permanência através de bolsas concedidas aos discentes como auxílio permanência, auxílio moradia e auxílio alimentação.

A UNIFESSPA possui alguns programas financiados pelo PNAES, como o Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX) e o Programa de Apoio ao Discente Ingressante (PADI), além das monitorias, sendo elas indígenas, quilombolas, geral e de laboratório (UNIFESSPA, 2019).

Além dos projetos de extensão, a instituição oferece o programa de Auxílio Estudantil aos discentes em situação de vulnerabilidade, com a finalidade de assegurar e proteger estes alunos no decorrer do curso até o seu término. Todos os auxílios são efetuados em forma de crédito na conta bancária de nomeação exclusivamente dos alunos no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais), sendo financiados pelo PNAES (UNIFESSPA, 2019).

São disponibilizadas modalidades como o auxílio moradia com intuito de auxiliar nas despesas decorrentes da habitação desses alunos, auxílio permanência concedido em forma de recursos financeiros disponibilizados na conta bancária exclusivamente em nome do discente, auxílio creche para ajudar alunos com filhos pequenos a mantê-los nas creches no horário das aulas e auxílio emergencial para aqueles discentes que necessitam de uma ajuda em situação de emergência para que

não precisem se ausentar do curso, esse último é ofertado exclusivamente em uma única parcela (UNIFESSPA, 2019).

Já os projetos de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIC) são financiados pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa (FAPESPA) e os recursos financeiros são concedidos da mesma forma: crédito em contas bancárias dos alunos, seguindo o valor de R\$ 400,00 (UNIFESSPA, 2019).

São inúmeros os motivos para que a evasão dos alunos nas universidades venha crescendo a cada ano, Bardagi e Hutz (2009) destacam alguns, como por exemplo a falta de cursos no período noturno, indisponibilidade de conciliar estudo e trabalho, baixo desempenho, reprovações, e problemas socioeconômicos, que têm impactado de forma direta a vida acadêmica desses alunos. Nesse sentido Finatti *et al.* (2007) destacam a importância e a necessidade de associar à qualidade no ensino prestado a uma política de assistência atuando de forma efetiva no que diz respeito ao auxílio moradia, alimentação, saúde, dentre outros, possibilitando os recursos necessários para que o discente possa desenvolver um bom desempenho acadêmico e curricular.

Barbosa (2009) e Vasconcelos (2010) discutem sobre o impacto desse conjunto de políticas adotadas pelas universidades na vida acadêmica de seus respectivos alunos, afirmando que essas instituições têm o poder de minimizar situações de abandono de curso e de trancamento de matrículas, pois geram uma forma de segurança para que o aluno obtenha seu foco direcionado apenas as atividades curriculares e ao seu crescimento profissional, criando assim condições que contribuem para permanência dos estudantes e uma melhora na sua qualidade de vida.

Nesse contexto, o âmbito acadêmico define-se como um espaço democrático de elaboração de valores, ambiente de respeito às diferenças e garantia de cidadania, onde os programas e projetos de assistência estudantil sejam aplicados como forma de instrumentos de permanência e conclusão de curso (AMARAL; NASCIMENTO, 2010).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para uma democratização efetiva no ensino superior torna-se necessário a existência de políticas que ampliem o acesso ao ensino público, a partir de medidas como aumento dos quadros de docentes, infraestrutura, tecnologias pedagógicas, planejamento, gestão etc. Também é necessário que programas voltados à permanência de estudantes, principalmente, de camadas socioeconômicas mais baixas, sejam de fato efetivados. Diante disso, inicialmente foi verificado o número de auxílios e projetos destinados aos discentes dos cursos de graduação de Ciências Contábeis e Administração.

Foram obtidos os resultados almejados pela pesquisa, no ano de 2015 foram disponibilizadas 38 bolsas entre projetos e auxílios nos cursos de Administração e Ciências Contábeis, distribuídas pela necessidade constatada de cada discente, independentemente do curso no qual está matriculado. Dentre as bolsas ofertadas em 2016, 53 foram para discentes de Administração, 34 para Ciências Contábeis e 2 bolsas direcionadas exclusivamente para indígenas. Sendo este o melhor ano entre os quatro estudados em relação ao número de bolsas ofertadas.

A variação da quantidade de bolsas disponibilizadas e seus valores tiveram variações significativas, como por exemplo, o aumento de 120,83% na quantidade ofertada no curso de Administração do ano de 2015 para 2016. Porém no ano seguinte houve uma queda considerável de 50,94%, comparado ao ano de 2016. No mesmo ano o valor dos auxílios foi reduzido para R\$ 300,00 (trezentos reais), continuando R\$ 400,00 (quatrocentos reais) apenas para as bolsas de projetos. A maior queda registrada pelo curso de Administração nos anos estudados foi o período de 2018, com um déficit de 46,15% em relação ao ano anterior.

Entre os alunos de Ciências Contábeis que receberam tais bolsas houve variações positivas entre os anos, iniciando com um aumento de 183,33% em relação ao ano de 2015 para 2016. No ano seguinte os percentuais continuaram subindo, chegando a 73,52%, sendo este o melhor ano em quantidades de bolsas ofertadas neste curso. Em 2018 houve a pior taxa de bolsas concedidas, com uma redução de 72,88% em comparação com o ano anterior. As bolsas destinadas a indígenas mantiveram-se no total de duas em todos os anos analisados.

As bolsas ofertadas durante os quatro anos analisados pela pesquisa, entre auxílios e projetos, dão-se no seu total um valor de 116 para o curso de Administração, sendo então o curso que mais registrou número de bolsas concedidas. Já o curso de Ciências Contábeis registrou um total de 87 bolsas proporcionadas aos discentes. As ofertas de bolsas destinadas exclusivamente a indígenas chegaram ao total de oito ao longo dos quatro anos.

De acordo com o Gráfico 1, onde é evidenciada a quantidade ofertada de cada projeto e auxílio durante os quatro anos, pode-se perceber que o auxílio permanência é um dos mais ofertados no campus do ICSA no período referido, tendo um maior número de alunos atendidos no ano de 2016 com 54 bolsas disponíveis, e um total de 127 nos quatro anos. Seguido do auxílio moradia com um total de 31 bolsas ofertadas no período estudado.

As bolsas destinadas às monitorias mantiveram-se, sendo ofertadas seis por ano, aumentando para o número de oito bolsas apenas no ano de 2018. O auxílio creche foi pouco ofertado, tendo apenas uma bolsa em 2015 e 2018, chegando a sua maior oferta no ano de 2016 com quatro bolsas e no ano de 2017 com seis auxílios concedidos.

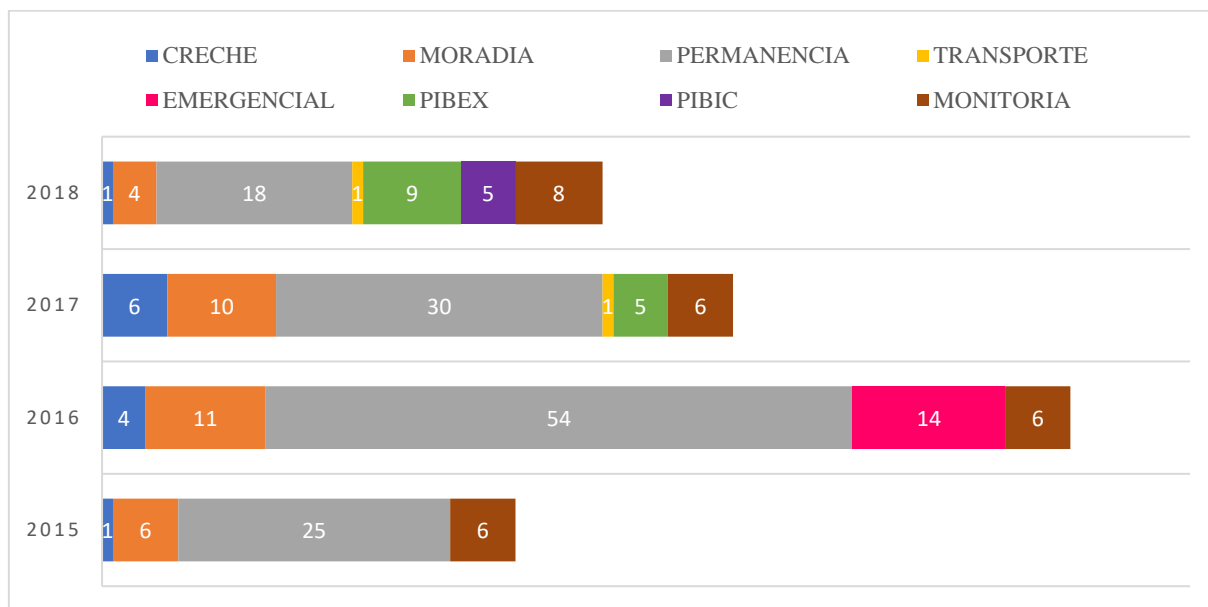
No que se refere ao auxílio emergencial, foi constatado que não houve concessões no ano de 2015. Já nos dois anos consecutivos foram registrados o deferimento de 14 auxílios, entretanto não há uma informação que detalhe este total para a quantidade concedida em cada um dos anos. Não há registros no ICSA sobre o número de auxílios aprovados no ano de 2018.

Os projetos do PIBIC e do PIBEX começaram a ser ofertados apenas no ano de 2017, tendo no ano inicial quatro bolsas para o primeiro programa e cinco para o segundo e em 2018 a oferta aumentou para cinco bolsas pelo PIBIC, e nove pelo PIBEX.

Tais resultados corroboram com o estudo de Finatti et al. (2007), pois demonstram a necessidade e importância das universidades assumirem um compromisso de não só promover, mas também garantir uma política de assistência que atue de forma efetiva no que diz respeito aos projetos e auxílios, pois assim possibilitam que estes discentes deixem de se preocupar com questões econômicas, como por exemplo, manter-se financeiramente pagando aluguéis e alimentação, e

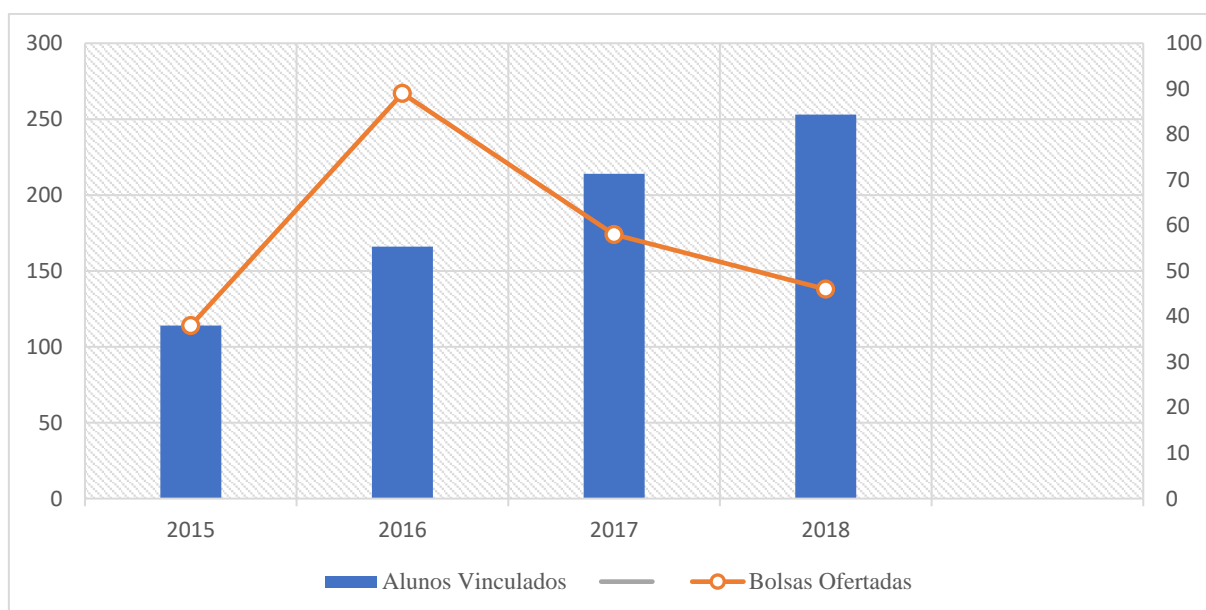
passa a se manter focado apenas no seu aprendizado e desempenho curricular dentro da universidade.

Gráfico 1 – Quantidade ofertada de projetos e auxílios



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme dados do Gráfico 2, o número de alunos vinculados à universidade no ano de 2015 era de 114, distribuídos entre os dois cursos ofertados no campus de Rondon do Pará. Porém a quantidade de bolsas ofertadas no mesmo ano era de apenas 38 bolsas, o que representaria somente 33,3% do total de alunos. Já no ano de 2018 foram ofertadas 46 bolsas, e o número de alunos era de 253, representando 18,1% de alunos beneficiados. No entanto, a instituição possibilita que um único discente receba até 3 bolsas somando auxílios e projetos, diante disso, não é possível constatar a real porcentagem da quantidade de alunos que seriam beneficiados.

Gráfico 2 – Comparativo do número de alunos vinculados e a quantidade de bolsas ofertadas

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

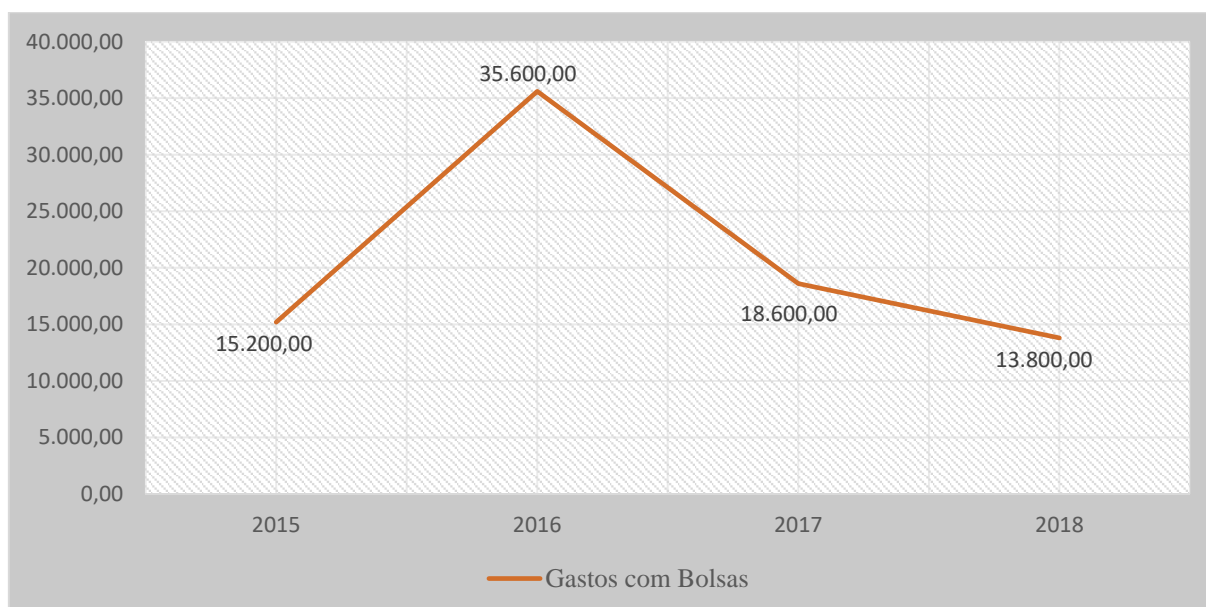
No ano de 2015, como demonstra a Gráfico 3, foram ofertadas apenas 38 bolsas no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais). No ano de 2016 foi registrado o maior aumento de ofertas de bolsas, tendo um acréscimo positivo de 134,21% e com isso o maior gasto registrado entre os quatro anos, possibilitando um aumento na oferta de bolsas, sendo 89 bolsas e chegando a R\$ 35.600,00 (trinta e cinco mil e seiscentos reais). Tal incentivo financeiro pode auxiliar na permanência dos discentes na universidade, em conformidade com o estudo de Moraes e Lima (2011), no qual destacam que esse incentivo financeiro pode possibilitar a eles uma segurança e estabilidade tanto na vida acadêmica, quanto na vida social.

Já em 2017 o valor dos auxílios foi reduzido para R\$ 300,00 (trezentos reais) e disponibilizadas 62 bolsas, sendo 22 a menos que no ano anterior, chegando ao total de R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), o que significa uma queda de 47,75%, resultando em menos bolsas disponíveis para os discentes. Isso pode significar um aumento no número de desistências e trancamentos dos cursos. O estudo de Imperatori (2017) reforça sobre a realidade de alunos que saem de suas casas para tentar uma vida melhor diante da oportunidade de cursar nível superior

em uma instituição federal, e esta queda no número de bolsas ofertadas pode interferir no andamento da vida acadêmica desses jovens.

O período de 2018 foi o pior em relação aos anos anteriores citados no aspecto financeiro, o valor dos auxílios disponibilizados era de R\$ 300,00 (trezentos reais), totalizando R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais). Uma redução significativa de 61,23% em relação ao ano de 2016, ano de melhor desempenho entre os quatro citados. Além da discrepância do valor gasto, também é notória a redução no número de bolsas ofertadas, já que no ano de 2016 eram de 89 bolsas disponíveis, e em 2018 esse número caiu para 46, uma diferença de 43 bolsas. Imperatori (2017) demonstra em sua pesquisa concordância com a questão de que tal impacto é de extrema importância e relevância a ser estudado pois afeta diretamente a vida dos acadêmicos.

Gráfico 3 – Evolução Monetária



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O impacto dessa discordância entre a quantidade de bolsas ofertadas e o número de alunos matriculados na instituição é preocupante. Barbosa (2009) e Vasconcelos (2010) trazem em seu trabalho o entendimento sobre a importância de não apenas adotar tais políticas, mas também de mantê-las em uma sintonia com a necessidade das instituições, tendo assim a capacidade de minimizar situações de

abandono de curso e trancamento de matrículas, pois esses auxílios geram aos discentes uma forma de segurança, criando melhores condições para seu crescimento profissional e gerando uma melhora na qualidade de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do objetivo exposto nos resultados, esta pesquisa teve o intuito de tornar notória a importância da concessão de bolsas e o impacto social gerado na vida dos acadêmicos no âmbito da universidade e quantificar os reais repasses de auxílios e projetos adquiridos por discentes no ICSA da UNIFESSPA.

No que se refere ao impacto social, foi possível constatar que os projetos e auxílios concedidos pela instituição é de suma importância, pois permitem que os estudantes tenham condições de permanência na graduação, partindo do pressuposto que as bolsas ofertadas geram de certa forma uma segurança financeira para cada discente, permitindo assim que eles consigam adquirir melhores desempenhos em suas atividades curriculares.

Diante do exposto, o fator que mais se destacou foi o crescente aumento do número de alunos ingressantes na universidade inversamente proporcional à quantidade de bolsas ofertadas na instituição. O impacto que pode ser gerado ao longo dos anos com a diminuição constante é o fim das ofertas das bolsas, o que pode ocasionar uma evasão de alunos ou trancamentos de matrículas por discentes que não conseguirem manter um bom desempenho curricular e nem se manterem na instituição sem o apoio financeiro.

Um possível meio para amenizar tal questão consiste na criação de um projeto ou parceria com a sociedade local e empresários, para que alunos da instituição pudessem atuar em estágios remunerados, junto às empresas locais, possibilitando expandir o conhecimento adquirido na universidade para a sociedade por meio dos discentes, e em contrapartida, esses teriam uma maneira de manter-se financeiramente, gerando uma forma de segurança para ambas as partes.

Dessa maneira, esta análise poderá auxiliar como alicerce para que a universidade tenha um conhecimento mais aprofundado sobre tal questão, possibilitando a evidência da relevância destas políticas públicas, assim tornando evidente a necessidade de medidas cautelares que possam amenizar esta lacuna entre as necessidades dos discentes, e os reais recursos repassados, garantindo, dessa forma, a democratização, o acesso e a permanência de jovens em condições economicamente enfraquecidas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, R. S.; NASCIMENTO, S. D. Diagnóstico Situacional da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos Campi Buriticupu e Centro Histórico. *In: V CONNEPI - CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO*, Alagoas, 2010. *Anais [...]*, Alagoas: IFAL, 2010. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/336/235>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- ASSIS, A. C. L.; SANABIO M. T.; MAGALDI, C. A.; MACHADO, C. S. As políticas de assistência estudantil: Experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n4p125/26220>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- BARBOSA, R. A. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7212/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. Não havia outra saída: Percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. *Psico-USF*, v. 14, n. 1, p. 95-105, abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712009000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/v74yVrtsghWs7HNPjzPN5VF/?lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJcmLSPfp8r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- FINATTI, B. E.; ALVES, J. M.; SILVEIRA, R. J. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL - Indicadores para

Implantação de uma Política de Assistência Estudantil. **Libertas**, Juiz de Fora, v.6 e 7, n. 1 e 2, p. 246-264, 2006 e 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18155/9407>. Acesso em: 27 fev. 2023.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio / ago. 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Senso da Educação Superior 2017**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_o_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0525.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

MAUERBERG Junior, A.; GUERREIRO, J.; COSTA, C. C. M.; FERREIRA, M. A. M. A universidade como espaço territorial de inovação: O papel da extensão universitária no incentivo às práticas inovadoras de gestão. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 16, n. 2, p. 220-232, 2014.

MACEDO, A. R.; TREVISAN, L. M. V.; TREVISAN, P.; MACEDO, C. S. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 127-148, abr. / jun. 2005.

MAGALHÃES, E. A.; SILVEIRA, S. F. R.; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M.; WAKIM, V. R. Custo do ensino de graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 637-666, maio / jun. 2010.

MARTINS, R. D'A.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 559-590, maio / jun. 2010.

MEDEIROS, A. L.; DUARTE, M. S. L. T. Modelo de apuração de custos em universidades federais. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 5, p. 813 - 848, ago. 2018.

MORAES, M. R.; LIMA, G. F. Assistencialização das políticas educacionais brasileiras. *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO: marxismo, educação e emancipação humana, 5., Florianópolis, 2011. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2011.

NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, jan / jun. 2016.

OLIVEIRA, M. C. S. **Avaliação do programa de expansão da universidade do estado do Rio Grande do Norte: o caso da interiorização do curso de Ciências Contábeis.** 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/23506/1/MARIO%20CESAR%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Fev%202017.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. *In*: SOARES, M. S. A. (coord.). **A educação superior no Brasil.** Porto Alegre: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1109.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

PALAVEZZINI, J.; NOGUEIRA, F. M. M. G. **Os programas de assistência estudantil do ensino superior no Brasil: a experiência da UTFPR: Dois Vizinhos.** Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR. Recuperado em abril 2015.

UNIFESSPA. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. 2019. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/>. Acesso em: 20 set. 2019.

RESENDE, A. X.; CAFFÉ FILHO H. P.; OMAKI E. T. Política de assistência estudantil praticada pela Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v.10, n. 30., jul. 2016.

SECCHI, L. **Políticas Públicas.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, G. M. D. S. D.; ROSA, F. S. D. O curso de ciências contábeis no Brasil: Um estudo sobre as políticas públicas de ensino superior e seu reflexo na oferta e na demanda no período de 2001 a 2013. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 94-111, maio / ago. 2016.

SPOSATI. **A Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

TEIXEIRA, L. G. A.; ESTRELA, S. D. C.; FERNANDES, J. C. C. Políticas públicas de assistência estudantil: uma breve reflexão sobre gênero no Instituto Federal Goiano

- Campus Urutaí. Disponível em: http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Luciana_Simone-Da-Costa-Estrela_Juliana-Cristina-da-Costa-Fernandes.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

TERENCIANO, F.; PEDRO, Z.; SALIAO, A. Uso da gestão da informação e do conhecimento na avaliação da política pública de assistência estudantil: Algumas questões teóricas e empíricas. *Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, [S.l.], p. 49-62, abr. 2018.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Ensino Em Re-vista*, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul. / dez. 2010.

Trabalho submetido em: 28 jun. 2022.

Aceito em: 12 fev. 2023.

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

Av. Tenente Raimundo Rocha nº 1639
Bairro Cidade Universitária – Juazeiro do
Norte – Ceará – CEP 63048-080

ufca.edu.br



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

entrecões
diálogos em extensão

proex.ufca.edu.br

periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/entrecoes

+55 (88) 3221-9286

e-ISSN 2675-5335